

SENADO Semana pode definir o projeto para alíquota dos combustíveis ▶ **p3**

EM 45 ANOS Produtividade agrícola nacional aumenta 400% ▶ **p5**

PERIGO Crescem ocorrências com cargas perigosas em SP ▶ **p6**



Operadores logísticos cobram melhor infraestrutura e menos tributos

Pesquisa com 1 mil empresas para a Abol revela expectativas, principalmente com rodovias ▶ **p4**

EDITORIAL

Uma questão de segurança e vidas

O transporte de produtos perigosos registrou um maior número de acidentes ou incidentes no ano passado, no Estado de São Paulo. Foram 1.095 ocorrências, ante as 939 verificadas em 2020, segundo levantamento da Associação Brasileira de Transporte e Logística (ABTLP), que é destaque em reportagem do BE News nesta edição.

De acordo com a pesquisa, a maioria dos casos - 640 - ocorreu durante a movimentação de líquidos inflamáveis. Em relação ao motivo dos problemas, 40% foram causados por avaria mecânica. E quase a metade - 488 registros - casos ocasionaram contaminações ao meio ambiente.

A realização desse levantamento é estratégica para a segurança das operações, identificando as circunstâncias em que os acidentes e os incidentes acontecem, quais as estradas onde são mais frequentes e os motivos mais comuns. A partir desses dados, as empresas de transporte e suas entidades podem trabalhar medidas para aumentar a segurança em suas atividades profissionais. E mesmo as autoridades podem passar a cobrar um maior rigor nos serviços. Enfim, trata-se de um passo inicial essencial para se identificar o problema e resolvê-lo.

O trabalho iniciado com essa pesquisa da ABTLP é coletivo, assim deve ser e como tal deve ser cobrado. Não pode ser esquecido ou interrompido. O que se inicia com a mensuração desses dados deve ser levado adiante e garantir normas mais rigorosas ou obras para tornar as estradas mais seguras - dependendo do motivo das ocorrências. E melhorias devem ser cobradas, afinal a sociedade brasileira, especialmente a paulista, conta com condições para realizar os investimentos necessários e adotar as medidas que forem precisas para mudar essa realidade.

Em jogo, está a segurança das rodovias do principal estado da Federação, a qualidade do ecossistema e a vida daqueles que por elas circulam. Fatores estes que são inegociáveis.

NESTA EDIÇÃO

FOTO
AdobeStock



▲ CAPA

4 Operadores logísticos cobram redução tributária e melhor infraestrutura

HUB

3 SPA é incluída no Programa Nacional de Desestatização

NACIONAL

3 Senado deve votar projeto que limita alíquota sobre combustível

5 Em 45 anos, produtividade agrícola nacional aumenta 400%

SUDESTE

6 Crescem as ocorrências no transporte de carga perigosa em SP

Fiscalização conjunta no RJ emite 67 autos de infração a transportadores

SUL

7 Expansão do Porto Itapoá deve ser concluída em 2023

NORDESTE

7 Operações em Cabedelo avançam quase 100% em maio



Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Avenida Senador Pinheiro Machado, 22, Sala 12,
Santos, São Paulo
11075-000, BR

www.portalbenews.com.br

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jacara Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Equipe de reportagem
Bárbara Farias, Vanessa Pimentel
e Tales Silveira

Design Gráfico
Mônica Mathias

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

Entre em contato pelo e-mail publicidade@portalbenews.com.br

**PORTO DE SANTOS**

A inclusão da Santos Port Authority (SPA, a Autoridade Portuária de Santos) no Programa Nacional de Desestatização foi aprovada pelo Conselho do Programa de Parceria de Investimentos (CPPI) do Governo Federal, em sua reunião da semana passada. A medida é necessária para a privatização da empresa. Este processo concluiu sua fase de audiências públicas e, neste mês, deve ser encaminhado para avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU). A expectativa do Ministério da Infraestrutura é obter o aval da corte a tempo de realizar o leilão de desestatização da SPA no final do ano.

RELICITAÇÃO

Ainda nessa reunião do CPPI, o colegiado deu o aval à relicitação do Aeroporto Rio-Galeão (RJ), cujo pedido de devolução amigável já foi aprovado pela Agência Nacional de Aviação (Anac) e pelo Ministério da Infraestrutura, e da Rota do Oeste - BR-163/MT e MT-407, do Mato Grosso do Sul até o entroncamento com a MT-220. A análise e a liberação pelo conselho são passos necessários para esses ativos serem novamente leiloados. Com essa resposta, o Rio-Galeão será incluído na oitava rodada de concessões aeroportuárias, ao lado do Santos Dumont, e a Rota do Oeste terá seus estudos iniciados para passar por nova concessão.

SÃO PAULO

As rodovias do chamado Lote Noroeste, do Estado de São Paulo, tiveram a abertura de sua licitação autorizada pelo governador Rodrigo Garcia. O lote tem mais de mil quilômetros de extensão e engloba 49 cidades das regiões de São Carlos, Araraquara, Barretos, Borborema, Jaboticabal, Matão, Olímpia, Parapuã, Penápolis e São José do Rio Preto. A disputa poderá ter participantes estrangeiros e a expectativa é que, com a privatização, essas estradas recebam investimentos de R\$ 8,6 bilhões, segundo projeção do Estado.

Senado deve votar projeto que limita alíquota sobre combustível

O relatório deverá trazer alterações no modelo compensatório para estados e municípios aprovado pela Câmara dos Deputados

Roque de Sá/Agência Senado



Os senadores Fernando Bezerra Coelho, Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) e Jean Paul Prates (PT-RN) reuniram-se com secretários estaduais de Fazenda

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

O relator do Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/2022 que estabelece limite para os combustíveis, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) afirmou, na última sexta-feira (3), que a proposta será votada no Senado nesta semana. O texto considera essenciais bens e serviços relativos a combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, impedindo a aplicação de alíquotas de tributos iguais às dos produtos listados como supérfluos.

A mudança de categoria dos combustíveis garante que haja uma redução do ICMS para até a alíquota máxima de 17%. O objetivo da proposta - que conta com o apoio dos ministérios da Economia e das Minas e Energia - é frear o aumento de preços dos combustíveis. A expectativa do Governo é de, com isso, reduzir o preço dos combustíveis em cerca de R\$ 0,60 por litro.

De acordo com Bezerra, é possível votar a proposta no Senado amanhã (7) ou quarta-feira (8), ficando a votação final na Câmara para a semana

seguinte. Na última quinta-feira (2), o relator havia afirmado que deverá fazer alterações na proposta. A principal trata do modelo compensatório desenvolvido para estados e municípios aprovado pela Câmara dos Deputados.

Esse texto aprovado pelos deputados prevê um o gatilho de compensação ao estado ou município que tenha uma perda de arrecadação absoluta superior a 5%, causada pela diminuição das alíquotas de combustível. Esse dispositivo será temporário e deixará de valer depois de seis meses, em uma espécie de "período de transição".

A União ficará responsável por fazer as compensações. Essa reposição acontecerá por meio de dedução nas parcelas do pagamento de suas dívidas com o Governo Federal. O gatilho também se estende aos estados que estão no chamado Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

A proposta desagradou estados e municípios que alegam que, caso seja aprovado como está, haverá perda de arrecadação de até R\$ 83 bilhões. Para solucionar o caso, entes municipais e estaduais propõem que seja aprovado um projeto de lei que cria uma

conta de equalização dos preços dos combustíveis através de dividendos da Petrobras.

Até o fim desta edição, as pautas do plenário do Senado e da Câmara não haviam sido divulgadas.

Agências

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) inicia, nesta segunda-feira (6), sua reunião deliberativa virtual. Destaque para a análise da 14ª Revisão Ordinária, 14ª Revisão Extraordinária e reajuste da Tarifa Básica de Pedágio do Contrato de Concessão da Rodovia BR-101/RJ, Divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva.

Também serão analisados a 7ª Revisão Ordinária, 11ª Revisão Extraordinária e reajuste da Tarifa Básica de Pedágio aplicável ao trecho concedido da BR-050/GO/MG - Entroncamento com a BR-040 (Cristalina/GO) - Divisa MG/SP.

Ainda hoje, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) inicia a sua reunião virtual de diretoria. Na pauta, pedido da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo e Gás - ABPIP para revisão da exigência quanto à circularização e ao enquadramento de embarcações para atividades offshore

de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Também serão tratados: Pedido de padronização da estrutura tarifária do Porto Organizado de Natal/RN; e representação da Transbrasa Transitária Brasileira Ltda. com pedido de medida cautelar contra a majoração considerada abusiva no valor cobrado a título de Serviço de Segregação e Entrega (SSE) no Porto de Santos.

TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU) realiza, nesta quarta-feira (8), a sua reunião plenária. O ministro Aroldo Cedraz traz suas conclusões sobre o acompanhamento da relicitação do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante/RN (SBSG).

Já o ministro substituto André Luiz de Carvalho relata uma auditoria no âmbito do Fiscobras-2014 nas obras de construção da variante ferroviária de Camaçari/BA. A auditoria faz parte da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) destinada a verificar se o investimento federal em corredores ferroviários está a cargo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

PIS E COFINS DO ETANOL

O plenário do Senado deverá votar, nesta quarta-feira (8), a Medida Provisória (MP) 1.100/2022, que reformula a tributação de PIS e Cofins sobre álcool combustível vendido por cooperativas diretamente ao setor varejista. A medida, aprovada pela Câmara na última quarta-feira (1º), restabelece dois artigos que tinham sido vetados pelo presidente Jair Bolsonaro ao sancionar a Lei 14.292, de 2022, que permitiu a revenda direta ao consumidor de gasolina e etanol fora do estabelecimento autorizado.

NACIONAL

Operadores logísticos cobram redução tributária e melhor infraestrutura

É o que aponta a pesquisa 'Perfil do Operador Logístico', encomendada ao Instituto de Logística e Supply Chain (ILOS) pela Associação Brasileira de Operadores Logísticos (ABOL)

Valter Campanato



Entre os participantes da pesquisa, 93% informaram que o Governo deveria priorizar os investimentos na infraestrutura de rodovias

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

O setor logístico expandiu em 2021, transportando 391 milhões de toneladas de cargas. Arrecadou R\$ 166 bilhões (receita operacional bruta-ROB) — um aumento médio de 82% —, recolheu R\$ 44 bilhões em tributos, investiu R\$ 18 bilhões e gerou 2 milhões de empregos, entre diretos e indiretos, o equivalente a 2% do total de pessoas ocupadas no Brasil. Em contrapartida, os operadores logísticos cobram redução da carga tributária e melhoria da infraestrutura, principalmente em rodovias. É o que aponta a pesquisa 'Perfil do Operador Logístico', encomendada ao Instituto de Logística e Supply Chain (ILOS) pela Associação Brasileira de Operadores Logísticos (ABOL), e que foi divulgada na última quarta-feira (1º).

O levantamento contemplou um universo de 1 mil empresas, incluindo as 30 associadas da ABOL, de pequeno, médio e grande porte, e apresenta um mapeamento do mercado do setor nos anos de 2020 e 2021. Os operadores de pequeno porte são os que têm faturamento até R\$ 100

SETOR ARRECADOU R\$166 BILHÕES (RECEITA OPERACIONAL BRUTA) E RECOLHEU R\$ 44 BILHÕES EM TRIBUTOS EM 2021

milhões; os de médio porte, de R\$ 101 milhões a R\$ 600 milhões; e os de grande porte, de R\$ 601 milhões em diante.

Para 93% dos operadores logísticos que responderam à pesquisa, o Governo Federal deveria dar prioridade à redução de tributos. Entre os participantes, 42% acreditam que a reforma tributária impactaria muito positivamente o desenvolvimento do setor, 34% informaram que o impacto seria apenas positivo e 19% não perceberiam impacto algum.

"A reforma tributária deve

ser o item 1 de diversas outras atividades econômicas no Brasil", afirmou a diretora-executiva da Abol, Marcella Cunha, lembrando que a matéria está parada no Congresso Nacional e que, por isso, deveria prevalecer entre as principais reivindicações da cadeia produtiva do País. "O Congresso Nacional não obteve sucesso na votação dessa reforma tributária que ainda não é a mais ampla, a mais esperada, mas que siga entre as exigências de diversos setores, pelo menos até o ano que vem, a partir da mudança de governo", comentou.

Ainda de acordo com a pesquisa, 32% dos operadores logísticos sofrem com dupla incidência de tributos sobre um mesmo serviço.

O setor também cobra mais agilidade na aprovação do



“

A REFORMA TRIBUTÁRIA DEVE SER O ITEM 1 DE DIVERSAS OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO BRASIL"

MARCELLA CUNHA
diretora-executiva da Abol

Projeto de Lei nº 3.757/2020, que dispõe sobre a regulamentação da função do operador logístico. A matéria tramita no Congresso Nacional. Conforme a pesquisa, 39% afirmaram que a regulação teria um impacto muito positivo para o setor; outros 39%, apenas positivo; e para 21% não surtiria efeito.

"O que nos causou impressão positiva foi o conhecimento em relação ao Projeto de Lei 3.757/2020. A gente achava que era uma pauta defendida apenas pelos opera-

dores maiores, mas observamos que pequenos e médios também passam a defender porque querem ser melhor fiscalizados, isso vai chegar diretamente no dia a dia deles quando se tem uma agência reguladora que sabe fiscalizar o operador logístico como um integrador de atividades, não puramente uma empresa transportadora ou um armazém, o que dá mais força para defendermos a sua tramitação, a sua aprovação no Congresso Nacional", disse Marcella Cunha.

Infraestrutura

Já 91% dos operadores logísticos informaram que o Executivo Federal deveria priorizar também a melhoria da infraestrutura, com foco nas rodovias. Para eles, a matriz de transporte rodoviário é a mais importante. Entre os participantes da pesquisa, 93% informaram que o Governo deveria priorizar os investimentos na infraestrutura de rodovias, seguido por infraestrutura viária de médias e grandes cidades (58%), acessos aos centros urbanos (52%), infraestrutura portuária (34%), acesso aos portos (33%), infraestrutura ferroviária (27%), infraestrutura aeroportuária de carga (21%) e infraestrutura hidroviária (13%).

OBRAS DE INFRAESTRUTURA QUE DEVERIAM SER PRIORIZADAS PELO GOVERNO:

Infraestrutura rodoviária	93%
Infraestrutura viária de médias e grandes cidades	58%
Acessos aos centros urbanos	52%
Infraestrutura portuária	34%
Acesso aos portos	33%
Infraestrutura ferroviária	27%
Infraestrutura aeroportuária de carga	21%
Infraestrutura hidroviária	13%

Fonte: Instituto de Logística e Supply Chain (ILOS).
Pesquisa encomendada pela Associação Brasileira de Operadores Logísticos (ABOL)

Em 45 anos, produtividade agrícola nacional aumenta 400%

A mudança tecnológica é um fator determinante para garantir o crescimento sustentável do setor agropecuário no Brasil e no mundo

Divulgação/Governo do MS



A análise do crescimento para produtos selecionados mostra uma nova geografia da produção nacional

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

A produção agrícola brasileira cresceu 400% de 1975 a 2020, segundo o estudo que analisa a produtividade total dos fatores (PTF) na agricultura brasileira, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), na última quinta-feira (02).

A mudança tecnológica é um fator determinante para garantir o crescimento sustentável do setor agropecuário no Brasil e no mundo, segundo os dados. Com isso, desde a década de 70, o Brasil tem conseguido ampliar a oferta de alimentos, contribuindo, assim, para o abastecimento dos mercados interno e externo, e desde os anos 2000 lidera a produtividade mundial.

A pesquisa, com objetivo de calcular e analisar a Produtividade Total dos Fatores (PTF) no Brasil, foi elaborado em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea-USP).

De acordo com os autores,

o crescimento médio da PTF em 45 anos foi de 3,3% ao ano. A PTF é calculada pela diferença entre as taxas de crescimento do produto total e dos insumos.

A PTF acusou 87% do aumento do produto no período estudado, enquanto os insumos corresponderam apenas a 13%. No contexto da produção agropecuária nacional, a expansão do capital na forma de máquinas, fertilizantes e defensivos tem superado o crescimento dos demais fatores, como terra e mão de obra.

“Podemos afirmar que nossa produção é intensiva em ciência e tecnologia e cada vez menos intensiva em fatores tradicionais. Essa dinâmica resulta em uma enorme ampliação da produtividade do trabalho ao longo do tempo”, afirmou José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, pesquisador do Ipea e um dos autores do estudo.

O crescimento da produtividade possibilitou a competitividade da agricultura e permitiu que os alimentos se tornassem mais abundantes e baratos, sustentam os autores da pesquisa. “Se não fosse a redução da participação dos

“
PODEMOS AFIRMAR
QUE NOSSA
PRODUÇÃO É
INTENSIVA EM CIÊNCIA
E TECNOLOGIA E
CADA VEZ MENOS
INTENSIVA EM FATORES
TRADICIONAIS. ESSA
DINÂMICA RESULTA
EM UMA ENORME
AMPLIAÇÃO DA
PRODUTIVIDADE
DO TRABALHO AO
LONGO DO TEMPO”

JOSÉ EUSTÁQUIO
RIBEIRO VIEIRA FILHO
pesquisador do Ipea e um
dos autores do estudo

alimentos na renda das famílias desde a década de 1970 (de 50% para 20%), as políticas de transferência de renda, que ganharam força a partir do final da década de 1990, não teriam a eficácia que tiveram sem a queda no preço dos alimentos e a expansão da oferta produtiva de bens agropecuários”, disse José Eustáquio.

Entre 1995 e 2017, para um crescimento de 100% no valor bruto da produção, a

participação da tecnologia subiu de 50% para pouco mais de 60%. Nesse mesmo período, a participação do fator trabalho diminuiu de 31% para menos de 20%, enquanto a participação do fator terra praticamente ficou estável em 20%.

No comparativo internacional, o Brasil apresentou um crescimento da PTF superior à média mundial, ficando entre os países que mais cresceram da década de 1970 em diante. O Brasil, revela o estudo, começou a liderar a produtividade mundial a partir dos anos 2000, quando passou a crescer acima da taxa apresentada pelos principais produtores mundiais, como Estados Unidos, China, Argentina, Nova Zelândia, Austrália, Canadá e Chile, dentre outros. Entre 2000 e 2019, enquanto a PTF brasileira cresceu cerca de 3,2% ao ano, o mesmo indicador mundial ficou em torno de 1,7%.

A análise do crescimento para produtos selecionados mostra uma nova geografia da produção nacional, com destaque para a soja, a cana-de-açúcar e o milho, deslocando-se para áreas do Norte, do Centro-Oeste e dos cerrados nordestinos. Essas novas re-

giões também lideram o crescimento da produtividade no país, conforme constatado nos dados do levantamento censitário agropecuário do IBGE.

Investimentos em tecnologia
O Brasil promoveu várias reformas no sistema de pesquisa e de financiamento da produção, entre elas destacam-se as políticas de crédito e seguro, de preços, de corte dos subsídios, dentre outras. Além disso, houve aumento de recursos, com ênfase no crédito de investimento, em linhas de financiamento que atendem os diferentes portes produtivos, bem como em áreas que estimulam a agricultura de baixo carbono.

José Garcia Gasques, coordenador-geral de Políticas e Informações do Mapa, explicou que “os investimentos na pesquisa, na fixação biológica de nitrogênio, na adoção do plantio direto e na manutenção dos sistemas integrados (lavoura-pecuária-florestas) mostraram-se bastante viáveis para as condições tropicais do País”. Segundo ele, esses sistemas produtivos trouxeram bons ganhos de produtividade da agropecuária nacional.

REGIÃO SUDESTE

Crescem as ocorrências com cargas perigosas em SP

O levantamento, feito em 2021 pela Associação Brasileira de Transporte Logística (ABTLP), apontou a média mensal de 91 acidentes e incidentes

Divulgação/ABTLP



Segundo o levantamento, a maioria das ocorrências envolveu líquidos inflamáveis, totalizando 640 casos

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

O transporte de produtos perigosos no estado de São Paulo registrou 1.095 ocorrências, entre acidentes e incidentes, em 2021, o que resulta em uma média de 91,25 por mês. O número aumentou em comparação ao ano anterior, que apresentou um total de 939 ocorrências, tendo a média de 78,25 por mês. Os dados foram apurados pela Associação Brasileira de Transporte e Logística (ABTLP).

A ABTLP é uma instituição empresarial que integra a Comissão de Estudos e Prevenção de Acidentes no Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, da Secretaria de Logística e Transportes do Governo do Estado de São Paulo.

Para este mapeamento, foram considerados como acidentes, as colisões, abalroamentos, capotamentos, avarias em tanques, válvulas ou linhas que provocaram (ou poderão provocar) vazamento do produto transportado, entre outros. Já os incidentes incluem ocorrências do tipo pane seca, avaria mecânica, pneu furado, quebra de para-brisa, etc.

Segundo o levantamento, os líquidos inflamáveis, com-

postos por produtos perigosos da Classe de Risco 3, são os que mais tiveram algum tipo de ocorrência, sendo 640 casos. De todos os eventos, 40% foram causados por avaria mecânica e 488 casos não tiveram, como consequência, nenhum tipo de contaminação ao meio ambiente, de acordo com a ABTLP.

O vice-presidente da ABTLP e coordenador da Subcomissão de Estudos da Região da Baixada Santista, Sérgio Sukadolnick, disse que o mapeamento é importante para implementar ações preventivas pontuais ao conhecer os locais de maior frequência de acidentes, tipo de veículos ou

equipamentos envolvidos, além das causas e consequências. “As análises dos dados identificam possíveis ações de prevenção ou de mitigação dos efeitos de um acidente com produto perigoso. Agora, com os dados comparativos, será possível identificar se as regras e os procedimentos estabelecidos conferem melhorias na redução destes eventos”, afirmou Sukadolnick.

“Seguimos avançando e propondo ações com todos os envolvidos, sejam eles contratantes, embarcadores, transportadores, motoristas ou autoridades. Cito como principal demanda e desafio estabelecer procedimentos e alterações nas

vias públicas para os sistemas de captação de águas pluviais inserindo tanques para retenção de produtos perigosos decorrentes de vazamento que invariavelmente atingem cursos d’água”, disse Sukadolnick.

A equipe da ABTLP é responsável pela compilação dos dados, pela apresentação dos gráficos e pela finalização do relatório. “Esse levantamento é importante para o setor e para as empresas porque tem o intuito de prevenir”, ressaltou o presidente da ABTLP, José Maria Gomes.

A Comissão de Estudos é composta ainda por representantes do Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária Estadual,

“AS ANÁLISES DOS DADOS IDENTIFICAM POSSÍVEIS AÇÕES DE PREVENÇÃO OU DE MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DE UM ACIDENTE COM PRODUTO PERIGOSO. AGORA, COM OS DADOS COMPARATIVOS, SERÁ POSSÍVEL IDENTIFICAR SE AS REGRAS E OS PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS CONFEREM MELHORIAS NA REDUÇÃO DESTES EVENTOS”

SÉRGIO SUKADOLNICK
vice-presidente da ABTLP e coordenador da Subcomissão de Estudos da Região da Baixada Santista

Defesa Civil, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), entre outras.

A Organização das Nações Unidas (ONU) classifica aproximadamente 3 mil produtos como perigosos, cada um possui sua própria característica e afeta de forma diferente o meio ambiente.

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

Fiscalização conjunta no RJ emite 67 autos de infração a transportadores

Operação Solarium ocorreu entre os dias 23 e 27 de maio nos Portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí

Divulgação/CDRJ



A operação nacional acontece, periodicamente, nos principais portos marítimos e fluviais do Brasil, onde se concentram os maiores fluxos de movimentação de cargas

Uma fiscalização conjunta com foco nos transportadores rodoviários de cargas vistoriou 256 veículos e emitiu 67 autos de infração entre os dias 23 e 27 de maio, nos Portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí (RJ).

Nomeada de Operação Solarium, a ação foi coordenada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), em parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Guarda Portuária da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ).

A operação nacional acontece, periodicamente, nos principais portos marítimos e fluviais do Brasil, onde se

concentram os maiores fluxos de movimentação de cargas. O objetivo é verificar o Pagamento Eletrônico de Frete (PEF), o cumprimento das exigências para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos

(TRPP), a regularidade dos cadastros e as documentações vinculadas ao serviço de transporte, como o Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC).

“No Porto do Rio de

Janeiro, foram realizadas 172 vistorias em três dias e tivemos 20 autos de infração referentes a TRPP, dois de PEF e cinco de RNTRC. Já em dois dias da fiscalização no Porto de Itaguaí, fizemos 84 vistorias, registramos 29 autos de infração de TRPP, dois de PEF e 9 de RNTRC”, informou o superintendente da Guarda Portuária, José Tadeu Diniz.

Para ele, a fiscalização de forma conjunta amplia o alcance da ação e torna o processo mais eficaz, além de assegurar que a prestação de serviços oferecida pelos transportadores rodoviários seja adequada à legislação e realizada com segurança.

Ainda segundo José Tadeu

A AÇÃO FOI COORDENADA PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) E PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ), EM PARCERIA COM A POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL (PRF) E A GUARDA PORTUÁRIA DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ)

Diniz, “o Grupamento de Ações Extraordinárias (Gaex) da Guarda Portuária deu todo o suporte necessário para que as vistorias dos caminhões fossem realizadas com o mínimo impacto possível nas operações portuárias”.

REGIÃO SUL / REGIÃO NORDESTE

Expansão do Porto Itapoá deve ser concluída em 2023

Terminal ganhará 200 mil m² de pátio e capacidade de movimentação sairá de 1,2 milhão de TEUs para 2 milhões de TEUs

A AMPLIAÇÃO, FRUTO DE UM INVESTIMENTO DE R\$ 750 MILHÕES, REPRESENTA UM IMPORTANTE PASSO PARA AS ATIVIDADES DO PORTO

Divulgação/Porto de Itapoá

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

As obras de expansão do Porto Itapoá (SC) tiveram início neste ano e a previsão é que sejam concluídas até o fim de 2023. O pátio, que tem atualmente 250 mil m², passará a ter 455 mil m² em sua fase final, aumentando a capacidade de movimentação do complexo de 1,2 milhão de TEUs para 2 milhões de TEUs. A ampliação, fruto de um investimento de R\$ 750 milhões, representa um importante passo para as atividades do porto, que estima dobrar o número de operações.

Seguindo o cronograma, as obras atualmente estão na etapa dos trabalhos de infraestrutura de drenagem, com instalação da tubulação e concretagem das placas de proteção. A próxima fase, programada para iniciar ainda em junho, é chamada de aterro de sobrecarga.

O presidente do Porto Itapoá, Cássio Schreiner, mostrou satisfação em ver o bom andamento da obra. “Temos feito constantes investimentos em infraestrutura e tecnologia, sempre com foco em desempenho”, ressaltou. “Esta expansão vai nos proporcionar aumentar nossa capacidade de movimentação de 1,2 milhão de TEUs movimentados por ano para 2 milhões de TEUs”, explicou Schreiner.



O Porto Itapoá é um terminal privado que opera desde 2011. Quando iniciou as operações, a capacidade de movimentação era de 500 mil TEUs por ano

“
TEMOS FEITO
CONSTANTES
INVESTIMENTOS EM
INFRAESTRUTURA E
TECNOLOGIA,
SEMPRE COM FOCO
EM DESEMPENHO”

CÁSSIO SCHREINER,
presidente do
Porto Itapoá

Com a previsão de ampliar sua capacidade de atendimento, o Porto Itapoá vem fazendo também investimentos em infraestrutura. Foram adquiridos mais cinco RTGs, guindaste móvel sobre pneus, próprio para movimentação de contêineres no pátio. O Terminal já conta com 17 destes equipamentos da marca ZPMC, mas os novos serão operados por controle remoto – o Porto Itapoá será o primeiro do Brasil a contar com essa tecnologia. A entrega destas máquinas será em janeiro de 2023.

O Porto Itapoá também adquiriu duas novas empilhadeiras Reach Stacker – já em operação – que serão empre-

gadas nas operações no pátio do terminal. O objetivo é potencializar o atendimento entre navio e o pátio, complementando as operações com o RTG, usado em operações para movimentar e empilhar os contêineres.

Outra importante aquisição são os nove caminhões terminal tractors (TTs) – que chegam em julho.

Desenvolvimento regional

A ampliação da capacidade de movimentação do porto terá impacto direto no município, aumentando a arrecadação via ISS (Imposto Sobre Serviço). A expansão do porto torna ainda mais atrativa a chegada de

outras empresas que prestam suporte à atividade portuária em Itapoá e Garuva. Assim, além do aumento do ISS gerado por elas, as mesmas poderão gerar empregos de diferentes naturezas, em toda a região.

O Porto Itapoá é um terminal privado que opera desde 2011 e tem como acionistas o grupo Battistella, a gestora de investimentos BRZ e a Maersk. Quando iniciou as operações, a capacidade de movimentação era de 500 mil TEUs por ano. Em 2013, ao se aproximar do limite operacional, a companhia aprovou o plano de expansão. A primeira fase da ampliação foi concluída em 2018, quando o terminal chegou à capacidade atual.

Compensação ambiental

O Porto Itapoá vai investir cerca de R\$ 600 mil no Parque Natural Municipal Carijós, em Itapoá, valor que faz parte da compensação ambiental pelas obras de expansão do terminal. A medida foi autorizada pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal (CCAF).

O investimento será usado para a construção de infraestrutura de proteção e monitoramento do parque, como guarita, pórtico e o cercamento da área. As obras no parque devem ter início ainda neste mês. Este modelo de compensação é uma proposta que visa mitigar os impactos gerados por supressão vegetal.

Operações em Cabedelo avançam quase 100% em maio

Foram movimentadas mais de 148 mil toneladas em maio, crescimento de 99,92% comparado ao mesmo mês do ano passado

Divulgação/Docas da PB

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

O Porto de Cabedelo (PB) movimentou 148.191 mil toneladas, crescimento de 99,92% comparado ao mesmo mês do ano passado.

Nos cinco primeiros meses de 2022, o complexo operou ao todo 564 mil toneladas de carga em geral, 8% a mais do que o volume movimentado no mesmo período de 2021, resultado que, de acordo com a gerência de Operações, confirma as projeções de crescimento para o complexo.

“Como dizemos sempre, é

PARA OS PRÓXIMOS DIAS, SEGUINDO A TENDÊNCIA DE CRESCIMENTO NAS OPERAÇÕES REALIZADAS NO PORTO PARAIBANO, ESTÁ PREVISTA A MOVIMENTAÇÃO DE MAIS DE 50 MIL TONELADAS DE PETCOKE (COQUE DE PETRÓLEO).

um trabalho feito a muitas mãos e um resultado para todos comemorarmos, da administração ao cais, de arrendatários aos trabalhadores. Esse resultado é fruto do esforço de cada um e temos certeza de que vamos bater todas as metas para este ano”, celebrou a presidente da



Navio Port Kyushu, vindo dos Estados Unidos, veio buscar mais uma remessa de coque de petróleo

Companhia Docas da Paraíba, Gilmara Temóteo.

Petcoke

Para os próximos dias, seguindo a tendência de cresci-

mento nas operações realizadas no porto paraibano, está prevista a movimentação de mais de 50 mil toneladas de petcoke (coque de petróleo).

De acordo com a gerência

de Operações, foram movimentadas em 2022 cerca de 260 mil toneladas desse produto, sendo mais de 95 mil toneladas só em maio.

A próxima movimentação de coque de petróleo está prevista para esta sexta-feira (3), com a chegada do navio Port Kyushu, vindo dos Estados Unidos. Serão embarcadas 25 mil toneladas, em uma operação que deve durar quatro dias. No dia 8 é a vez do navio Kmarin Oslo, que vai descarregar 25.080 mil toneladas de petcoke.

As operações serão tanto de exportação como de importação desse produto, que é normalmente destinado à indústria cimenteira.